

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

1. Introdução

Desde que instituída a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- SAN no Brasil (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) entende-se como Segurança Alimentar e Nutricional-SAN “*a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*”.

Dessa forma a investigação de como está sendo estabelecida a garantia constitucional ao direito a Alimentação com base em indicadores torna-se um importante instrumento para se planejar políticas sociais. Sendo assim esse informe tem como objetivo apresentar informações dos domicílios particulares e permanentes quanto a Situação da (in)segurança alimentar com base na pesquisa realizada pelo IBGE que contemplou na pesquisa de 2013 mais uma vez o tema como forma de suplemento da PNAD (anteriormente havia realizado nos anos de 2004 e 2009).

A classificação da pesquisa usou a ótica utilizada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar- EBIA que classifica os domicílios com Segurança alimentar ou em Insegurança Alimentar. No caso de Insegurança Alimentar ainda foi pesquisado o nível em três tipos, a saber:

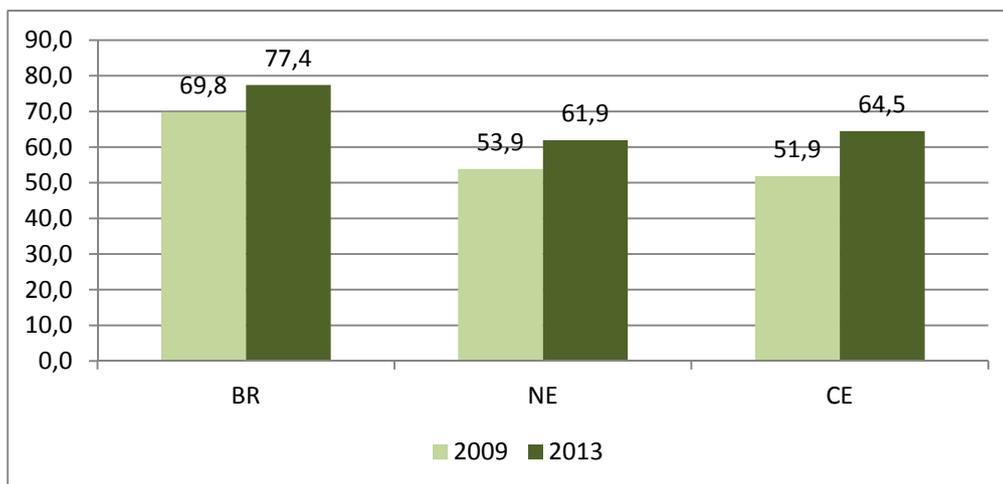
- Leve (são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível);
- Moderado (os moradores conviveram no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento)
- Grave (aqueles que além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome).

Dessa forma apresentaremos aqui os primeiros resultados para o Ceará e quando possível à comparação com demais estados, Brasil e Região.

2. A Distribuição (%) dos domicílios em Segurança Alimentar e Nutricional no Ceará

De um modo geral verificou-se a melhora do Indicador de segurança alimentar e nutricional em 2013 comparado com ano de 2009. Mais especificamente no Ceará 64,5% domicílios particulares e permanentes no Ceará estão em segurança alimentar, taxa superior a encontrada para a região nordeste (61,9%), isso representou uma melhora de 12.6 pp comparada a 2009.

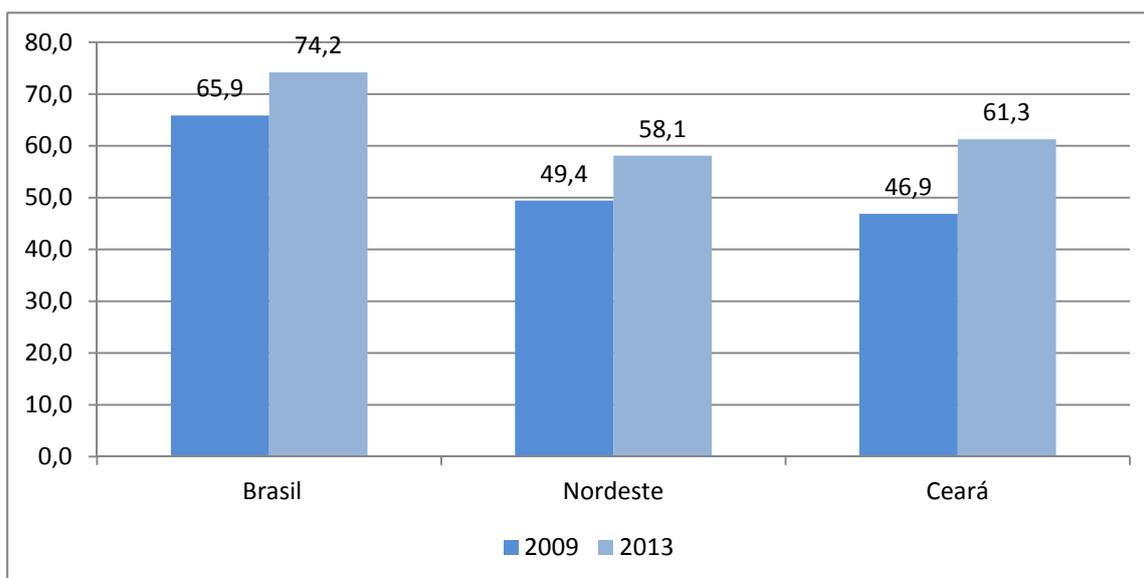
Gráfico 1: % de domicílios particulares com Segurança Alimentar e Nutricional-SAN



Fonte: Suplemento da PNAD 2013. Elaboração própria

Do total de domicílios em ISAN a maior parte em 2013 foi do tipo leve (23,0%) seguido da moderada (7,4%) e da grave (5,1%) no Ceará. Quanto a representatividade em termos de moradores foi de 61,3% no Ceará em 2013, conforme gráfico 2. Vale salientar que enquanto em 2009 o Ceará (46,9%) obtinha proporção de moradores menor que no nordeste (49,4%) em 2013 houve uma reversão com diferença de 3.2 pp.

Gráfico 2: % de moradores domicílios particulares com Segurança Alimentar e Nutricional-SAN



Fonte: Suplemento da PNAD 2013. Elaboração própria

Quando se verifica a incidência da insegurança alimentar por classe de renda dos moradores observou-se também uma melhora em 2013 quando comparado ao ano de 2009 para indivíduos classe mais baixa

conforme expressa a tabela 2. Nacionalmente em 2013 ainda 30,5% dos casos de insegurança estão na classe de renda mais baixa (inferior a ¼ do salário mínimo). No nordeste enquanto em 2009 era de 42,6% em 2013 passou para 32,2%. Especificamente no Ceará a melhora também foi refletida na classe mais baixa e de forma bastante expressiva pois caiu quase a metade (de 47,7% em 2009 passou a 27,8%).

Tabela 1: Distribuição dos domicílios particulares (%) com algum tipo de Insegurança Alimentar e Nutricional por classe de rendimento mensal per capita 2009 e 2013

Localidade	Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave dos moradores em domicílios particulares (%)					
	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>					
	2013					
	Até 1/4 do salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 salários mínimos	Sem rendimento (1)
Brasil	30,5	15,8	7,2	2,8	0,7	19,0
Nordeste	32,2	18,6	11,1	5,3	1,4	26,3
Ceará	27,8	14,9	9,3	4,0	0,6	21,7
2009						
Brasil	39,0	19,9	9,0	3,1	0,7	30,0
Nordeste	42,6	24,8	14,4	5,3	0,6	44,5
Ceará	47,7	29,3	15,9	4,5	0,4	46,1

Fonte: Suplemento da PNAD 2013. Elaboração própria

Esses dados corroboram com a relação entre renda e vulnerabilidade alimentar. Dessa forma a melhora nos casos onde a renda é mais baixa reflete a contribuição da crescente atuação dos programas sociais como Programa Bolsa Família e o benefício de prestação continuada.

3. A Distribuição dos domicílios particulares (%) com algum tipo de Insegurança Alimentar e Nutricional Ceará em comparação com demais estados Brasileiros em 2013

Na tabela 2 apresentamos a distribuição nacional decrescente dos estados por percentual de domicílios com algum tipo de insegurança alimentar. Assim como foi em 2009 as maiores taxas encontradas ainda são da região norte e nordeste. Tanto em 2009 como em 2013 o Maranhão ocupou o primeiro lugar apesar da queda de quase 4 p.p. Mais especificamente o Ceará que em 2009 ocupava a terceira posição passou para oitava em 2013 isso representou uma melhora de 12,6 p.p na condição dos domicílios.

Tabela 2: Distribuição dos domicílios particulares (%) com algum tipo de Insegurança Alimentar e Nutricional Ceará

Regiões	Estados	2009	Posição Nacional	2013	Posição Nacional
Norte	Rondônia	31,7	17º	21,6	16º
	Acre	48,0	4º	31,2	13º
	Amazonas	32,8	16º	42,9	3º
	Roraima	46,3	6º	32,7	10º
	Pará	43,0	9º	37,8	4º
	Amapá	44,6	7º	27,9	14º
	Tocantins	43,4	8º	37,6	6º
Nordeste	Maranhão	64,6	1º	60,9	1º
	Piauí	58,6	2º	55,6	2º
	Ceará	48,1	3º	35,5	8º
	Rio Grande do Norte	47,1	5º	32,5	12º
	Paraíba	41,0	12º	36,5	7º
	Pernambuco	42,2	10º	25,9	15º
	Alagoas	37,1	15º	34,6	9º
	Sergipe	40,3	13º	32,7	11º
	Bahia	41,2	11º	37,8	5º
Sudeste	Minas Gerais	25,6	20º	18,4	19º
	Espírito Santo	27,8	19º	10,4	27º
	Rio de Janeiro	21,9	23º	17,8	21º
	São Paulo	22,4	21º	11,6	25º
Sul	Paraná	20,4	25º	16,1	22º
	Santa Catarina	14,8	27º	11,1	26º
	Rio Grande do Sul	19,2	26º	15,9	23º
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	30,5	18º	18,2	20º
	Mato Grosso	22,1	22º	19,4	18º
	Goiás	37,8	14º	19,6	17º
	Distrito Federal	21,2	24º	13,3	24º

Fonte: Suplemento da PNAD 2013. Elaboração própria

Na região nordeste em 2013 o estado com maior taxa de insegurança foi o Maranhão (60,9%) seguido da Piauí (55,6%), Paraíba (36,5%), Ceará (35,5%) , Alagoas (34,6%) ,Sergipe (32,7%) e Rio Grande do Norte(32,5%).

4. Considerações Finais

No âmbito nacional verifica-se a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, na competência da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN, em planejar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de SAN, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricionais do Brasil. Especificamente o Ceará fez à adesão a essa política e vem comprometendo ações em conjunto com ministério (adesão ao SISAN, criação do primeiro plano estadual de SAN e outros), e isso certamente contribuiu para a melhora que se verificou nos dados aqui apresentados. Vale salientar que apesar da melhora o Estado ainda conta com 35,5% dos seus domicílios com algum tipo de insegurança alimentar e isso corrobora com os números de pessoas que ainda vivem em situação de extrema pobreza e pobreza no Ceará, dado que esse representam a parcela mais vulnerável a falta e inadequada alimentação. Dessa forma o Olhar do Estado a essa questões deve continuar na pauta das prioridades.

Governador: CID FERREIRA GOMES

Secretário da SEPLAG: Eduardo Diogo

Diretor-Geral do IPECE: Flávio Ataliba

Diretor da DIEEC: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretor da DISOC: Régis Façanha Dantas

Elaboração: Raquel da Silva Sales

SEPLAG: www.seplag.ce.gov.br; IPECE: www.ipece.ce.gov.br

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambeba

Fone: (85) 3101.3496